

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
NOTA À 7ª EDIÇÃO.....	9
NOTA À 6ª EDIÇÃO.....	11
NOTA À 5ª EDIÇÃO.....	13
NOTA À 4ª EDIÇÃO.....	15
NOTA À 3ª EDIÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO	33
I. ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	37
1. Estado Democrático de Direito e flexibilização das garantias em prol da segurança.....	40
2. Defensivismo dos Tribunais Superiores e restrição ao <i>habeas corpus</i>	42
3. Reações a favor e contra o <i>habeas corpus</i>	47
II. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO <i>HABEAS CORPUS</i> NO BRASIL.....	51
1. As origens inglesas	51
2. O Brasil Colônia e as Cartas de Seguro.....	52
3. A Carta de 1824	53
4. O Código de Processo Criminal de Primeira Instância, de 1832	54
5. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871	54
6. Os escravos.....	55
7. O <i>habeas corpus</i> na República e a doutrina brasileira.....	56
8. A reforma de 1926 e as Constituições Republicanas.....	58

9. A ditadura de 1964 e os AIs 5 e 6.....	60
10. A Constituição de 1988.....	61
III. PROTEÇÃO EFETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DEVIDO PROCESSO LEGAL E O <i>HABEAS CORPUS</i>	63
1. Introdução.....	63
2. Reviver a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> ?	71
2.1. O controle do devido processo legal e a repercussão na liberdade de ir e vir	72
2.1.1. <i>Habeas corpus</i> e ilegalidade processual: cabimento.....	72
3. Provas escondidas	73
3.1. Operação Fratelli e excesso de acusação.....	76
3.2. Dolo eventual em acidente de trânsito e qualificadora do homicídio. Excesso acusatório	77
3.2.1. Ainda o caminhoneiro e seu devido processo	78
3.3. Operação Satiagraha e Chacal. Ilegalidade na busca e apreensão.....	79
3.4. Ilegalidade na exigência de o réu fornecer a conta mantida no exterior.....	81
4. Conclusão.....	83
IV. A “RACIONALIZAÇÃO” DO SISTEMA RECURSAL E O <i>HABEAS CORPUS</i>	85
1. O <i>habeas corpus</i> como ação autônoma de impugnação	86
2. O <i>habeas corpus</i> virou agravo?.....	91
3. O <i>habeas corpus</i> é funcional ao sistema punitivo	92
4. O valor da legalidade processual	95
5. Identidade de objeto no <i>habeas corpus</i> e nos Recursos Especial e Extraordinário.....	98
V. AS RESTRIÇÕES AO <i>HABEAS CORPUS</i>	103
1. Pode o STF renunciar ao seu papel de guardião dos Direitos Fundamentais de natureza processual?	103
2. A Súmula n. 691 do STF (um tormento diário).....	106
2.1. Análise crítica dos fundamentos da Súmula.....	109
2.2. A razão de ser das Súmulas	113

3.	Julgamento do Agravo Regimental como pressuposto do HC (um novo tormento)	114
4.	Proibição do <i>habeas corpus</i> substitutivo do RHC (o revigoração do AI-6)...	117
5.	Proibição de RHC para o STF contra acórdão de RHC do STJ e de concessão de ofício da ordem (o garrote final)	123
6.	Proibição de <i>habeas corpus</i> contra ato de Ministro do STF (<i>king can do no wrong</i>)	130
7.	Prequestionamento. Exigência devida? Quando?	135
8.	<i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou impetrado concomitantemente a algum recurso. Possibilidade.....	140
9.	A Súmula 648 do STJ e o exame da justa causa após a sentença.....	143
VI.	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO <i>HABEAS CORPUS</i>	147
1.	Justa causa	147
1.1.	Conceito	147
1.2.	O exame da prova em si, quando é possível	148
1.3.	Casos de interesse para estudo	154
1.3.1.	Pais Testemunhas de Jeová: trancamento da ação penal pela prática de homicídio doloso.....	154
1.3.1.1.	HC para afastar condenação por roubo já transitada em julgado em virtude do sistema viciado de reconhecimento fotográfico	155
1.3.1.2.	Aborto noticiado à polícia pelo médico que prestou assistência à mulher. Ilicitude da prova e falta de justa causa.....	161
1.3.2.	Festa <i>Rave</i> e facilitação ao tráfico: trancamento da ação penal... ..	164
1.3.3.	Acidente com vítima fatal no Parque de diversões Hopi Hari: imputação de culpa ao presidente do Parque.....	165
1.3.4.	Prerrogativas do advogado. A atipicidade da conduta profissional na crítica ao juiz.....	167
1.3.4.1.	Prerrogativas profissionais do advogado. Crítica a juiz. Ofensa descaracterizada.....	169
1.3.4.2.	Trancamento da ação contra advogada que gravou audiência contra a determinação do juiz.....	171

1.3.4.3.	Prerrogativa do jornalista na crítica: descaracterização da calúnia e da difamação.....	172
1.3.4.4.	HC para afastar a exigência de o advogado tirar cinto, relógio etc. para ver o preso na Penitenciária	175
1.3.5.	Guerra fiscal e comportamento atípico de empresários	176
1.3.5.1.	Crime fiscal e justa causa para o falso ideológico em processo autônomo	180
1.3.5.2.	Bem dado em garantia na execução fiscal afasta a justa causa para a ação penal por crime tributário?	181
1.3.6.	Médico de Pronto Socorro da Santa Casa que deixa de comunicar à polícia o encontro de maconha na vagina da paciente e é preso, autuado em flagrante, por participação no tráfico ...	183
1.3.7.	Crime contra o sistema financeiro. Arquivamento do processo administrativo. Falta de justa causa.....	185
1.3.8.	Operação Castelo de Areia: falta de justa causa para a deflagração de medida invasiva.....	188
1.3.9.	Para apagar maus antecedentes.....	192
1.3.10.	Restabelecimento da absolvição em caso de roubo por meio de <i>Habeas Corpus</i>	194
1.3.10.1.	Restabelecimento da absolvição em caso de tráfico	195
1.3.10.2.	Restabelecimento da absolvição em caso de lesão corporal. Relativização da palavra da vítima	196
1.3.11.	Confissão, ainda que parcial, ou até retratada, deve atenuar a pena desde que utilizada para condenar.....	197
1.3.12.	Dupla condenação pela prática de tráfico no mesmo contexto fático. Reconhecimento de crime único	197
1.3.13.	Absolvição em estupro examinada em HC diante da retratação da vítima	198
1.3.13.1.	Estupro e absolvição por erro de tipo e superveniência do exame de DNA.....	200
1.3.14.	Afastamento da majorante de violação à regra técnica de profissão em virtude de <i>bis in idem</i>	202
1.3.15.	Descumprimento contratual <i>versus</i> apropriação de honorários.....	203

1.3.16.	Afastamento da majorante do grave dano à coletividade em crime fiscal (art. 12 da Lei n. 8.137/90).....	204
1.3.16.1.	HC para o reconhecimento da insignificância	204
1.3.17.	HC para evitar a expulsão dos diplomatas venezuelanos	206
1.3.18.	HC para trancar inquérito requisitado pelo Ministro da Justiça contra advogado por infração à Lei de Segurança Nacional (LSN).....	208
1.3.19.	HC para trancar inquérito contra Procuradores da República investigados por meio de inquérito instaurado pelo Presidente do STJ.....	208
1.3.20.	HC para impedir o comparecimento à CPI e/ou para se garantir o direito ao silêncio	209
1.3.21.	HC para desclassificação do tráfico para uso próprio de drogas.....	213
1.3.21.1.	HC para afastar a condenação por associação para o tráfico e a aplicação do redutor do art. 33, § 4º, da Lei de Tóxicos.....	215
1.3.21.2.	Salvo conduto para o plantio de <i>cannabis sativa</i>	216
1.3.22.	HC coletivo em caso de tráfico privilegiado	218
1.3.23.	HC para absolver diante de condenação por dispensa ou inexigibilidade de licitação.....	225
1.3.24.	HC para o levantamento de medida assecuratória real	227
1.3.25.	A exigência de representação para a apuração do estelionato tem aplicação retroativa e sua ausência inviabiliza a ação penal.....	229
1.4.	Trancamento de inquérito policial.....	229
1.4.1.	O caso do gerente do banco e a quebra do sigilo bancário	231
1.4.2.	O crime ambiental inexistente	232
1.4.3.	O caso dos jovens militantes do Black Bloc e o inquérito para apurar crime contra a segurança nacional e quadrilha.....	233
1.4.4.	Por irrazoabilidade na duração da investigação	237
1.5.	Indiciamento e justa causa	239
1.5.1.	Indiciamento determinado após o oferecimento de denúncia. Ilegalidade sanável pela via do <i>writ</i>	241

1.5.2.	Indiciamento arbitrário e controle da sua legalidade pelo <i>writ</i>	243
2.	Ainda a Justa Causa: questões afetas ao Júri.....	245
2.1.	É possível afastar qualificadora em <i>habeas corpus</i> ?.....	245
2.2.	Denúncia excessiva (tentativa de homicídio) e anulação pelo STF por meio do <i>habeas corpus</i> . Possibilidade	248
2.2.1.	O rompimento da barragem de Mariana (caso Samarco) e o excesso acusatório	250
2.2.1.A.	O rompimento da barragem de Brumadinho e o trancamento da ação em relação ao presidente da Vale	253
2.2.2.	Despronúncia em HC em razão do testemunho de “ouvir dizer”	255
2.2.3.	Pronúncia com base apenas em elementos do inquérito. Afastamento por meio do <i>writ</i>	257
2.2.4.	Despronúncia por conta da prova ilícita do inquérito e testemunhos indiretos.....	259
2.2.5.	Dolo eventual em ocorrência de trânsito e desclassificação por meio de HC	260
2.3.	Pode o <i>habeas corpus</i> impedir a realização do Júri quando pende Recurso Especial contra a decisão de pronúncia?	262
2.4.	Recurso acusatório contra veredito absolutório do Júri em razão de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Inadmissibilidade diante da nova sistemática instituída pela Reforma de 2008. <i>Habeas corpus</i> para impedir novo julgamento popular	263
2.4.1.	Feminicídio e absolvição com base no quesito genérico. Possibilidade de a acusação recorrer	269
2.5.	HC contra acórdão do TJ que cassa decisão do júri. Limites cognitivos da apelação contra o mérito do veredito popular. É verificável a existência de duas versões no âmbito do <i>writ</i> para restabelecer o veredito dos jurados?	270
2.6.	HC e desaforamento. Possibilidade do manejo	273
2.7.	HC e pena maior no novo Júri que a do primeiro anulado em recurso exclusivo da defesa	277
2.8.	HC para o réu usar trajes civis no júri	285

3.	Ainda a Justa Causa.....	287
3.1.	<i>Habeas corpus</i> contra a demora na prestação jurisdicional e para apressar o julgamento de outro <i>writ</i> . Possibilidade.....	287
3.2.	HC e questionamento da pena. Quando é possível.....	291
3.3.	HC para trocar de regime; para colocação em prisão especial, para ser removido para estabelecimento definido, mas não cumprido e para ficar mais perto da família. Possibilidade.....	298
3.3.1.	Para obter a saída temporária independentemente do lapso temporal.....	300
3.3.2.	HC para obter regime menos gravoso em tráfico de drogas....	303
3.3.3.	HC para obtenção de livramento condicional	304
3.4.	Para a mãe obter prisão domiciliar a fim de cuidar de filhos menores....	304
3.5.	Pandemia da Covid-19 e progressão do regime semiaberto para o aberto	311
3.6.	Juiz interamericano e o cômputo dos dias em dobro pela pena cumprida em estabelecimento degradante	311
3.7.	Detração da pena em razão do recolhimento noturno e aos finais de semana.....	313
3.8.	HC coletivo para banho de sol.....	316
3.9.	HC para determinar a expedição de Guia de Recolhimento antes da prisão	318
3.10.	Irretroatividade do fim da saída temporária.....	319
3.11.	Irretroatividade da exigência do exame criminológico.....	320
4.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.....	320
4.1.	Lava Jato e competência em razão de delação	322
4.2.	Lava Jato e empresas de telefonia no caso da compra do sítio de Atibaia. Incompetência da 13ª Vara de Curitiba.....	323
4.2.1.	Caso Lula: competência jurisdicional para os processos do tripplex do Guarujá (SP) e do sítio de Atibaia (SP)	323
4.3.	Crime ambiental em Paraty (RJ) e a <i>prorrogatio jurisdictionis</i> (RJ).....	327
4.4.	Prevenção inexistente e possibilidade do manejo do <i>writ</i> contra a decisão que rejeita a exceção de competência.....	328
4.5.	Competência para a apuração da lavagem e do peculato.....	330

4.5.1.	Competência para apuração de acidente ferroviário envolvendo vítimas fatais	331
4.5.2.	Competência para apurar crime hospitalar de fraude à licitação, corrupção e lavagem	333
4.5.3.	A competência da justiça eleitoral prevalece sobre a federal e pode ser aferida na fase de inquérito.....	334
4.6.	Prerrogativa de foro e controle da competência por meio do <i>writ</i>	334
4.7.	Foro por prerrogativa de função e impossibilidade do fatiamento da ação entre diferentes réus	337
4.8.	Prefeito investigado em inquérito requisitado por Promotor de Justiça. Ilegalidade.....	339
4.9.	Interceptação telefônica ordenada por juiz incompetente.....	340
4.9.1.	Delegado de Polícia Federal que escolhe, num domingo, juiz de férias para despachar representação pela interceptação. Ilegalidade	342
4.9.1.1.	Após a declinação de competência para a Justiça Estadual, a Polícia Federal só pode atuar mediante expressa autorização judicial.....	343
4.9.2.	Escuta deferida por juiz escolhido pelo Ministério Público. Ilegalidade	344
4.10.	Usurpação de competência e prova ilícita: quando ocorre	345
5.	Quando o processo for manifestamente nulo	347
5.1.	Desrespeito à cronologia das sustentações orais: prejuízo presumido....	350
5.1.1.	Cronologia na entrega dos memoriais por réus delatores e delatados.....	353
5.1.2.	HC para anular condenação transitada em julgado e a discussão do padrão probatório	355
5.1.3.	Interrogatório deve ser o último ato do processo sob pena de nulidade	358
5.1.4.	Cerceamento de defesa pela impossibilidade de se fazer perguntas no interrogatório do corréu	361
5.1.5.	Cerceamento de defesa pela vedação ao direito de o réu responder no seu interrogatório apenas às perguntas do seu defensor.....	362

5.1.6.	Cerceamento de defesa pelo provimento de Correição Parcial sem oportunidade de a defesa se manifestar	365
5.1.7.	Nulidade do julgamento do <i>habeas corpus</i> no Plenário Virtual sem a concordância da defesa	366
5.1.8.	Nulidade decorrente da juntada da conversa do advogado com seu assistido	367
5.2.	Violação ao art. 212 do CPP: a cronologia da inquirição das testemunhas após a reforma de 2008	368
5.3.	Respostas contraditórias dos jurados: nulidade insanável	372
5.3.1.	Réu colocado de costas para os jurados durante o julgamento. Nulidade	373
5.4.	Denúncia inepta: possibilidade de arguir-se a nulidade após a prolação da sentença	374
5.4.1.	Denúncia inepta nos crimes societários	376
5.4.2.	Denúncia inepta por se remeter a outra peça do processo	385
5.5.	Nulidade da decisão desfundamentada que confirma o recebimento da denúncia	388
5.5.1.	O surgimento de um truque interpretativo	392
5.5.2.	Nulidade da pronúncia que acolhe qualificadora sem fundamentação	393
5.6.	Nulidade decorrente da redução do número de testemunhas pelo juiz	397
5.7.	Prova furtada por funcionário para propor ação trabalhista é ilícita ...	400
5.7.1.	Compartilhamento direto de dados bancários entre a Receita Federal e o MPF. Ilícitude da prova	402
5.8.	O juiz não pode sentenciar o feito sem os memoriais defensivos (obrigatórios)	405
5.8.1.	Paridade de armas. Dois casos: a. quanto ao prazo para apresentação das alegações finais e b. tempo para preparar a resposta à acusação	406
5.9.	Livre escolha do advogado. Impossibilidade de o juiz nomear advogado a quem já o tenha, sem a prévia intimação do réu para constituir um novo	408
5.10.	Efetividade da defesa. Nulidade decorrente da ausência desta	410

5.11. Informação errada na página eletrônica do Tribunal. Nulidade	412
5.12. <i>Reformatio in pejus</i> . Nulidade	413
5.13. Correlação entre a imputação e a denúncia	415
5.14. Nulidade em busca e apreensão coletiva: impossibilidade.....	418
5.14.1. Nulidade da busca e apreensão a partir de denúncia anônima, sem mandado judicial e sem prova do consentimento do morador	418
5.14.2. Informações da autoridade coatora não podem suprir a defi- ciência de fundamentação da decisão de busca e apreensão....	421
5.14.3. Busca e apreensão não pode ser justificada somente pela denúncia anônima e nem de forma genérica	421
5.14.4. Busca pessoal realizada com violência. Inadmissibilidade. Nulidade	422
5.14.5. Busca pessoal, marcadores sociais e práticas preconceituosas....	423
5.14.6. Guardas Municipais não podem atuar como polícia ostensiva....	426
5.14.7. O cumprimento da ordem de prisão não autoriza a busca e apreensão sem prévia autorização judicial	427
5.14.8. Fuga do paciente para o interior de sua casa não autoriza pre- sumir armazenamento de drogas, nem o ingresso domiciliar sem mandado pelos policiais	428
5.14.9. Busca e apreensão realizada na casa de advogado sem a pre- sença de representante da OAB. Nulidade	428
5.15. Nulidade decorrente da parcialidade do juiz (o caso Lula e a suspeição do Juiz Sergio Moro)	430
5.16. Ilicitude das interceptações determinadas com carência de fundamen- tação	434
5.17. Ilicitude da prova decorrente da falta de advertência do direito ao silêncio no momento da autuação pelo policial (Aviso de Miranda) ...	436
5.17.1. Violação do direito ao silêncio pela astúcia da perita	439
5.18. Cerceamento de defesa pelo indeferimento de diligências em grau de apelação que poderiam comprovar a inocência do acusado.....	439
5.19. Nulidade da ação penal em decorrência da não apresentação de pro- posta de ANPP por falta de confissão na fase policial	440
5.20. Nulidade da delação feita por advogado contra seu cliente	442

5.21. HC e cadeia de custódia. Nulidade da prova não preservada.....	445
5.22. Cerceamento de defesa. Lei Mariana Ferrer. Juntada de documentos sobre a vítima no processo a ser submetido ao Júri.	447
5.23. Cerceamento de defesa em razão da ausência de elementos informativos nos autos não juntados ou sonegados.....	448
6. Extinção da punibilidade.....	452
6.1. Prescrição e <i>habeas corpus</i>	452
6.1.1. Prescrição em júri anulado por recurso exclusivo da defesa....	452
6.2. Perdão judicial e <i>habeas corpus</i>	454
6.3. Termo inicial da contagem do prazo para o reconhecimento da prescrição executória	455
6.4. Parcelamento do débito tributário e extinção da punibilidade na vigência da Lei n. 9.249/1995.....	456
6.5. Prescrição e 70 anos antes do acórdão. Cômputo do prazo pela metade	457
6.6. Irretroatividade da Lei que alterou a causa interruptiva da prescrição em razão do acórdão confirmatório da condenação	458
VII. QUESTÕES DE PROCEDIMENTO.....	459
1. Liminar em HC no STF prejudica o HC no STJ?	459
1.1. Há necessidade de se pedir previamente reconsideração à autoridade coatora antes de se impetrar HC?.....	461
2. Qual a natureza jurídica da decisão que concede a liminar em HC?	462
3. Cabe Agravo no STJ contra decisão que defere ou indefere liminar em HC? ...	462
4. Contrarrazões em RHC. Desnecessidade.....	464
5. Aceitação da suspensão processual e HC pendente: ausência de prejuízo.....	467
6. Intimação do julgamento do HC. Quando é necessária?	469
7. Pode-se recorrer da decisão que não conhece o <i>writ</i> ?.....	471
8. Há necessidade de se intimar o impetrante quando o MP opõe embargos declaratórios com a pretensão de efeitos modificativos?.....	472
9. Pode haver <i>reformatio in pejus</i> em <i>habeas corpus</i> ?	473
10. Há necessidade de procuração para a interposição do RHC?.....	474
11. Sobre a desistência unilateral do <i>habeas corpus</i>	479

12. HC contra condenação transitada em julgado	480
13. Julgamento: a questão do julgamento pelo colegiado e pelo plenário virtual.....	484
14. Possibilidade de a ordem ser concedida monocraticamente	489
15. Legitimidade ativa. Impetração pelo MP para prejudicar o acusado. Impossibilidade.....	490
16. <i>Habeas corpus</i> no STF só pela via eletrônica (Resolução 427/2010)	492
17. Inquérito Policial requisitado por membro do MP. Competência para conhecer do HC.....	492
18. <i>Habeas corpus</i> coletivo. É possível?	495
19. <i>Amicus curiae</i> no <i>habeas corpus</i> : é possível?	497
20. Admissão de assistente do MP no <i>writ</i> . Necessidade de revisão da jurisprudência.....	500
21. A vedação do acórdão oriundo de HC para o confronto de teses em recurso especial. Uma distorção incondizente com a importância do <i>writ</i> e com a própria lei	500
22. O acórdão do HC como formador de precedente	506
23. Dupla atuação dos Ministérios Públicos federal e estadual nos Tribunais Superiores: é possível?.....	510
BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	513